



**INCLUSÃO ESCOLAR: UMA QUESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS,
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO**

Belo Horizonte

2011

ELAINE NEGROMONTE RODRIGUES NOGUEIRA

**INCLUSÃO ESCOLAR: UMA QUESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS,
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Educação
da Universidade Federal de Minas
Gerais (UFMG), como requisito parcial
para obtenção do título de Especialista
em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a. Beatriz Lopes
Falcão

Belo Horizonte

2011

ELAINE NEGROMONTE RODRIGUES NOGUEIRA

INCLUSÃO ESCOLAR: UMA QUESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Prof^a. Beatriz Lopes Falcão (orientadora) – UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, 26 de janeiro de 2011.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus, ao Todo-Poderoso, a oportunidade recebida.

Agradeço ao meu esposo e filhas, pela compreensão por muitas vezes não poder acompanhá-los.

Aos meus professores, pelo compromisso e dedicação.

E finalmente aos colegas de curso pelas trocas de experiência.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir os conhecimentos sobre a Educação Inclusiva, buscando executar com eficiência e eficácia o que está citado no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “Geralda Paz”: Educação um direito de todos. O estudo dá ênfase a garantir esse direito para os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). Apresenta uma discussão sobre as políticas públicas e seus reflexos no município de Santa Luzia/MG, currículo, práticas pedagógicas e atendimento especializado. O ponto de partida é baseado na Política Nacional da Educação Especial, desde a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB) lei n. 9394/96 e a Resolução CNE/CEB n. 2 de 11 de setembro de 2001. O estudo sobre currículo propõe uma reflexão centrada no respeito à diversidade, sem impedir que os alunos com NEE tenham acesso a um currículo para seu desenvolvimento pleno. Promove uma reflexão sobre as velhas práticas de segregação, traçando um histórico da entrada destes alunos nas escolas públicas da rede municipal de Santa Luzia. Ao final, sinalizo a importância de uma contínua formação dos professores e do trabalho coletivo para um atendimento de qualidade.

Palavras-chave: Inclusão; aluno com necessidades educacionais especiais; atendimento especializado; trabalho coletivo.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 6 |
| 1.1 Justificativa..... | 7 |
| 1.2 Objetivos..... | 8 |
| 2. A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS SEUS REFLEXOS NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA/MG..... | 8 |
| 3. UM CURRÍCULO PARA FORMAÇÃO HUMANA..... | 11 |
| 3.1. Currículo e diversidade..... | 13 |
| 3.2. O papel do professor frente ao currículo..... | 14 |
| 3.3. A organização do currículo..... | 15 |
| 4. ATENDIMENTO ESCOLAR AOS ALUNOS COM NEE: AINDA UM LONGO CAMINHO A PERCORRER..... | 16 |
| 4.1. O que a legislação diz a respeito..... | 16 |
| 4.2 O atendimento escolar no município de Santa Luzia..... | 17 |
| 4.3 Alcançando qualidade no Atendimento escolar de alunos com NEE..... | 19 |
| 4.4 Recursos necessários ao atendimento especializado dos alunos com NEE nas escolas regulares..... | 21 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 22 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 24 |
| 7. ANEXO..... | 26 |

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “Geralda Paz”

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta os desafios que a escola enfrenta para garantir a educação como direito de todos e principalmente para os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). O meu interesse é investigar as concepções sobre a inclusão, ter um olhar sobre as políticas públicas e seus reflexos no município de Santa Luzia/MG, analisando questões sobre o currículo e apontar práticas pedagógicas que possam levar esses alunos ao desenvolvimento humano.

No passado, o atendimento aos alunos com necessidades educacionais era num modelo segregado. Nas últimas décadas isto tem mudado consideravelmente. Cury (2008, p.220) aponta que

Se quisermos associar democracia e modernidade, ou o país como um todo toma a decisão inadiável e necessária de priorizar a educação básica como tarefa inadiável ou perderemos a velocidade da História em vista da construção de um espaço social que seja inclusivo de mais igualdade e mais liberdade.

Sabemos que toda mudança na Educação é difícil e morosa, além de encontrar resistência dos principais agentes transformadores: os professores. Muitas vezes os próprios professores desconhecem fazê-la. É no currículo desenvolvido que isto fica mais claro.

Silva (2010, p.79) afirma isto quando diz que

[...] as adaptações/adequações curriculares podem agir pelo viés da exclusão, pois alunos com necessidades educacionais especiais podem vir a ser menosprezados. O professor pode vir a estabelecer conteúdos, objetivos, experiências, avaliação, julgando-os incapazes de seguir com os conteúdos curriculares propostos para os alunos ditos “normais”.

Mantoan, Prieto e Arantes (2006, p. 95) sinalizam a existência de uma resistência por parte dos professores.

Mal informados e com receio de que os “alunos incluídos” aumentem seus problemas de ensino e prejudiquem ainda mais as suas turmas, baixando o nível de desempenho e de aprovação dos grupos nas provas [...], os professores de ensino regular resistem à inclusão.

Percebemos que a igualdade de oportunidades para o acesso a um currículo com qualidade, um atendimento especializado adequado, espaço físico adaptado, ainda é um grande desafio.

E nesta perspectiva, colocar sempre a culpa no aluno, na família ou no sistema, também é uma face da resistência. Glat, Machado e Braun (2010) comprovam, em sua pesquisa, que são freqüentes os relatos de professores, sobre a “dificuldade” de determinados alunos. No entanto, na maioria das situações narradas o que de fato acontece, é uma inadequação do procedimento, dos objetivos e/ou da avaliação realizada pelo professor.

Neste sentido, o trabalho que pretendemos desenvolver perpassará pelo currículo, como ponto fundamental levando em consideração a diversidade, o professor e o atendimento escolar aos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE).

1.2. JUSTIFICATIVA

Apontamos no Projeto Político-pedagógico (PPP, p. 19) da Escola Municipal “Geralda Paz” “[...] o quanto é importante criarmos condições que garantam o sucesso e desenvolvimento dos nossos alunos com NEE e proporcionar os recursos necessários ao aluno para que ele tenha melhor progresso acadêmico, pessoal e social.”

De acordo com Glat, Machado e Braun (2010, p. 07)

O currículo é construído a partir do projeto pedagógico da escola, que é o guia sugerido sobre o que, quando e como ensinar; e o que, como e quando avaliar. Ou seja, é a expressão política e cultural dos interesses, aspirações, dúvidas e expectativas da comunidade escolar.

Sabemos da importância em efetivar o que colocamos, mas o “como” é fundamental para que realmente aconteça e isto não ficou claro no nosso PPP. Portanto, o objetivo deste estudo é conhecer as políticas públicas e seus reflexos na rede de ensino que a Escola Municipal “Geralda Paz” está inserida, analisar as concepções de currículo de autores que tratam da Inclusão, relacionando as práticas pedagógicas que levem nosso aluno com NEE ao seu desenvolvimento humano.

Inicialmente, nosso estudo apresenta alguns pontos importantes da legislação vigente, as políticas públicas realizadas e como refletiu na rede municipal de ensino de Santa Luzia/MG.

Logo em seguida, traçamos algumas discussões sobre currículo e analisamos que tipo de currículo devemos oferecer a esses alunos.

Finalizamos o trabalho apresentando os desafios do atendimento escolar e propondo práticas pedagógicas de sucesso.

1.3. OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é apresentar um currículo que atenda à inclusão escolar e sua efetividade nas práticas escolares.

Pretende-se ao longo da pesquisa, como nossos objetivos específicos:

- Conhecer algumas políticas públicas e legislação vigente sobre a Educação Inclusiva;
- Analisar os estudos de autores que tratem do currículo e da Educação Inclusiva;
- Apontar práticas escolares que permitem o desenvolvimento pleno do aluno com necessidades educativas especiais.

2. A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS SEUS REFLEXOS NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA/ MG

A década de 90 é apontada como o auge do discurso da Educação Inclusiva. A constituição de 1988, em seu art. 208, assegura o atendimento educacional a este aluno, preferencialmente na rede regular de ensino. Desde então a política educacional inclusiva vem progressivamente criando formas para assegurar a acessibilidade e permanência desses alunos na escola regular.

Mas esta progressão se dá de forma muito lenta. Pelos dados oficiais apresentados em 2004, a matrícula dos alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns das escolas regulares era de 34,4%, enquanto 65,6% estavam

ainda em escolas especiais (Brasil, 2004). Também devemos pensar sobre o número de pessoas com necessidades especiais com idade para estarem na escola e não estavam.

As mudanças acontecem lentamente, mas podemos ver um crescimento no número de matrículas dos alunos NEE. As mudanças também acontecem nas concepções teórico-metodológicas. Cardoso (2010) compreende que é a partir do governo Lula (2003-2006/2007-2010) que o discurso da escola inclusiva torna-se política educacional em âmbito nacional. No entanto, Prieto (2006b, p.37), discorda desta perspectiva, afirma que “se os princípios da educação inclusiva vêm se fortalecendo desde meados da década de 1990, na prática é o modelo de integração escolar que ainda predomina.”

A escola só será considerada inclusiva, quando reconhecer e valorizar a diversidade, garantindo condições favoráveis para o desenvolvimento pleno do aluno com NEE e também os demais. Ainda não saímos do discurso inclusivo e do modelo de integração escolar. Porém, não podemos negar os avanços em relação à Educação Inclusiva.

No município de Santa Luzia, onde está localizada a Escola Municipal “Geralda Paz”, as mudanças palpáveis, só se efetivaram a partir de 2008. De 2003 a 2007, em reuniões pedagógicas entre supervisores pedagógicos, professores e o diretor, eram realizados estudos sobre a Inclusão.

A partir de 2008, com a divulgação do assunto na mídia, através de novelas que disseminavam o direito desses alunos às escolas regulares, a comunidade luziense que possui familiares com NEE começou a procurar as escolas públicas para matricular seus filhos.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do município começa a encaminhar alunos com necessidades especiais leves para as escolas públicas, principalmente municipais. Desde então criou-se uma parceria entre a APAE e a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Santa Luzia.

A SME busca interagir com a APAE buscando capacitações para os profissionais da Educação da rede municipal e sempre oferecia vagas para educadores da rede

estadual. Atualmente existem fonoaudiólogas e psicólogas da APAE que acompanham quinzenalmente os alunos que foram encaminhados às escolas públicas do município.

Na Escola Municipal “Geralda Paz” são assistidos 2 alunos com Síndrome de Down pelos profissionais da APAE. Eles atendem os alunos separadamente, conversam com as professoras, escutando e orientando quanto ao atendimento escolar a esses alunos. Os demais alunos com NEE (aproximadamente 11 alunos) são atendidos no extra-turno na sala de recursos multifuncionais, juntamente com os dois que são atendidos também pela APAE.

Mas a transição dos alunos da APAE para as escolas municipais não aconteceu de forma harmônica. Muitos diretores e professores da rede municipal e estadual de ensino de Santa Luzia resistiram à entrada desses alunos na escola. Até hoje podemos ver isto, mas como menor intensidade. Muitos continuavam encaminhando estes alunos para a APAE, alegando não ter vaga na escola.

Constantemente pais dos alunos com NEE procuram a E.M. “Geralda Paz”, procurando vaga para seu filho com NEE, alegando que a escola mais próxima de sua casa (por sinal estadual) informou não ter vaga e/ou que a escolas municipais possuem mais recursos para atender seu filho. Existindo a vaga, a escola procura realizar a matrícula ou encaminha a família para SME, que oferece a vaga na escola mais próxima da residência do aluno.

Porém com a divulgação constante na mídia, defendendo os direitos desses alunos, a sociedade começa a lutar pelos seus direitos e a resistência passa a ser velada.

Percebemos hoje, as escolas municipais mais receptivas. A SME passou a dar um suporte maior para as escolas receberem esses alunos. As escolas estaduais por outro lado, com poucos recursos, negam o acesso a esses alunos e encaminham para a rede municipal, alegando que possuímos mais recursos para atender esse alunado.

Com o problema do acesso, em parte, minimizado nas escolas municipais. O nosso desafio maior está em garantir um currículo efetivo e estratégico que proporcione aos nossos alunos com NEE o seu desenvolvimento pleno.

“Não se trata apenas de incluir a diversidade como um tema nos currículos, [...] mas ver a diversidade nos processos de produção e de seleção do conhecimento escolar”. (GOMES, 2008, p.24) Garantir o acesso e a permanência com desenvolvimento pleno é o que queremos para nossos alunos da Escola Municipal “Geralda Paz”. Portanto iremos discutir alguns pontos sobre currículo.

3. UM CURRÍCULO PARA FORMAÇÃO HUMANA

O processo educativo e seu currículo já apresentam características complexas para nossos alunos comuns. E ainda é um desafio. E para os alunos com necessidades educacionais especiais como podemos alcançar o sucesso?

Pensar num currículo que atenda aos alunos com NEE com qualidade é um desafio que não pode ser pensado apenas pelo professor. Deve ser pensado coletivamente, envolvendo toda comunidade escolar, principalmente os pais desses alunos que possuem muitas informações importantes a serem colhidas pelos educadores.

Para construção de um currículo para esses alunos é necessário primeiramente discutir o que seria currículo. Gomes (2008, p.23) diz que

Currículo não está envolvido em um simples processo de transmissões de conhecimentos e conteúdos. Possui um caráter político e histórico e também constitui uma relação social, no sentido de que a produção de conhecimento nele envolvida se realiza por meio de uma relação entre pessoas.

A relação com o outro é que deve ser o alicerce para construção de um currículo efetivo. Ao mesmo tempo em que o aluno com NEE precisa de um currículo diferenciado, ele também necessita de um currículo comum, onde estará interagindo com seus colegas de sala. Esse atendimento diferenciado pode ser aplicado no atendimento especializado, nas salas de recursos multifuncionais que existem em 21 escolas municipais de Santa Luzia.

Acreditar que iremos superar este desafio curricular é fundamental para o sucesso do aluno. Porém, sem interação, diálogo com os vários atores envolvidos e sem pesquisa, ficará difícil. Silva (2010, p.96) diz que, “neste sentido, a escola sobretudo

seu corpo docente, não esteja isolado e sozinho neste processo, razão pela qual apontamos a necessidade de trabalho colaborativo e de apoio aos professores”.

As mudanças em relação à inclusão são lentas, porque até poucos anos atrás, tínhamos pouco acesso a livros publicados sobre o assunto. Atualmente isto tem mudado, mas os livros didáticos ainda tratam muito pouco sobre o assunto e livros infantis de literatura sobre o tema, ainda são escassos.

Além de pensarmos num currículo para o aluno com NEE, também é necessário para o sucesso da inclusão, ter um currículo de base comum que tratem deste tema para todos os alunos. Livros didáticos, técnico-pedagógicos, DVD educativos, revistinhas em quadradinhos, filmes, desenhos animados precisam abordar mais esse assunto. Mas devemos ter o cuidado para não reforçarmos mais as diferenças. A seleção dos materiais adequados para auxiliar a inclusão deve ser cautelosa e feita coletivamente. Apontando os vários olhares que poderiam surgir com o uso de um determinado material.

Enxergar como tratamos da diversidade em nossas práticas escolares deve ser um hábito constante em nossas reuniões pedagógicas e capacitações. As indagações não podem parar, são elas que apontaram o norte que devemos seguir. É na discussão do currículo e sua efetiva concretização que devemos manter o foco. Vale ressaltar que o “[...] currículo é central para a escola e associa-se à própria identidade da instituição escolar, à sua organização e funcionamento e ao papel que exerce”. (Glat, Machado e Braun, 2010, p.07)

Os procedimentos de ensino, a didática, para atender estes alunos, muitas vezes serão exaustivos. Acreditar que os alunos vão aprender é a chave para toda ação pedagógica. O professor terá que retornar e retomar muitas vezes o mesmo conteúdo, usando várias estratégias diferentes.

Segundo Machado (2005), citado por Glat, Machado e Braun (2010, p.08)

A construção de um currículo para a Educação Inclusiva requer, quando necessário eliminar, introduzir ou modificar algum objetivo, conteúdo ou atividade. [...] Não significa, entretanto, em um empobrecimento ou desvitalização dos conteúdos, mas na consideração das diversidades existentes na turma, para que as atividades propostas pelos professores em sala possam propiciar o desenvolvimento pleno de todos os alunos.

Devemos ter o cuidado de que flexibilizar o currículo para atender o aluno com NEE, não quer dizer que iremos simplificá-lo ou reduzi-lo. O objetivo é o acesso a todo currículo que os demais alunos tem, respeitando suas limitações e seu ritmo.

3.1. Currículo e a diversidade

A escola encontra desafios quanto à elaboração de um currículo que atenda a diversidade biológica, cultural, política, social e ética. Com a inclusão dos alunos com NEE, esses desafios ampliam-se.

Gomes (2008, p.19) trata algumas características da diversidade quando diz que

Seria muito mais simples dizer que o substantivo diversidade significa variedade, diferença e multiplicidade. Mas essas três qualidades [...] se constroem no contexto social e, sendo assim, a diversidade pode ser entendida como um fenômeno que atravessa o tempo e o espaço e se torna uma questão cada vez mais séria quanto mais complexas vão se tornando as sociedades.

E por ser uma questão tão séria, são necessários estudos e discussões sistemáticas e constantes sobre o assunto, com todos os atores envolvidos no processo.

No seio da escola a indagação deve ser contínua. Que concepções de diversidade refletem nosso currículo, as nossas práticas escolares e nossas relações com o outro (alunos, família, colegas de trabalho)? São estas indagações que auxiliarão a escola a transformar o currículo em inclusivo.

Para Silva (2010, p.79) “na perspectiva da Educação Inclusiva, o currículo considera a diversidade de acordo com as diferenças culturais e individuais”. Não podemos esquecer que estas diferenças são dinâmicas, elas podem variar de acordo com o tempo e espaço.

Em relação ao acesso a um currículo que atenda as necessidades dos alunos com NEE, Silva (2010, p. 81) afirma que “a igualdade de oportunidades pedagógicas exige que sejam diversificados os meios e os métodos na ação educativa, sempre que necessário, para que a autonomia e o respeito à diferença sejam preservados”.

O professor tem papel fundamental de oportunizar aos alunos com NEE um currículo de qualidade com estratégias diversificadas. É o que iremos tratar a seguir.

3.2. O papel do professor frente ao currículo

É o fazer na sala de aula e como se darão as relações, que fará do currículo, um currículo inclusivo. Glat, Machado e Braun (2010, p.12), dizem em relação ao docente que

Em face de todo o contexto que envolve a inclusão de alunos com necessidades educativas, especiais ou não, é essencial que o professor desfaça alguns mitos que existem quanto às dificuldades de aprendizagem [...] muitos poderão apresentar uma memória excepcional ou uma habilidade marcante para uma determinada atividade. Sendo assim, o professor deve tomar o cuidado para não delimitar o desempenho do aluno, antes mesmo dele ter a oportunidade de demonstrá-lo.

O aluno com NEE pode não apresentar algumas habilidades para um determinado conteúdo ou disciplina, no entanto, não quer dizer que ele não terá para outros. Daí a importância do professor, em descobrir e potencializar suas habilidades.

Em suas pesquisas realizadas no interior de algumas escolas, dentro de salas de aula, Carneiro, Maletta e Xavier (2010, p.14) apontam que

Prevalece o senso comum na forma em que os professores avaliam seus alunos. [...] Percebe-se que a tendência maior é buscar recursos fora da escola, através dos encaminhamentos para tratamentos dos alunos que a escola não consegue “enquadrar” dentro das práticas curriculares estabelecidas no programa de ensino da instituição.

O professor precisa olhar o problema da aprendizagem como sendo também co-responsável por ele. A escola como um todo tem que assumir o seu papel. Acreditar que o problema esta fora da instituição (no sistema, no aluno, na família) impedirá de criar oportunidades de aprendizagem aos alunos.

Não queremos de maneira alguma, isentar a responsabilidade dos demais atores do processo de inclusão. Prieto (2006a, p. 69) concorda quando diz que “as mudanças a ser implantadas devem ser assumidas como parte da responsabilidade tanto da sociedade civil quanto dos representantes do poder público”.

3.3. A organização do currículo

Na década de 70 intelectuais começaram a questionar que o currículo era perpassado por interesses de uma camada social: a elite. Santos (2009, p.11) destaca que “a história escolar silenciava a respeito das lutas das camadas populares ou não lhes atribuía a importância que mereciam”. Atualmente a discussão do currículo já valoriza a cultura em que o aluno está inserido. Todavia, ainda temos um currículo comum e/ou tradicional que intelectuais disseram que todos os alunos devem ter acesso a ele.

Temos que ter o cuidado para não organizamos um currículo inferior/empobrecido aos alunos com NEE. A escola pode correr o risco de cair no mesmo problema anterior: priorizar um determinado currículo para interesses de uma determinada demanda de alunos.

Em relação à organização do currículo, Glat, Machado e Braun (2010, p.12) defendem que

É importante a busca constante de práticas pautadas no contexto que o aluno vivencia, inovadoras, pois o trabalho é dinâmico, sendo fundamental que cada profissional pense na sua **disponibilidade** para a construção de práticas efetivas que conduzam a uma educação de qualidade para todos.
[grifos dos autores]

É nesta perspectiva que o currículo deve ser organizado, pautado na realidade em que o aluno está inserido. Contudo, não ficar limitado somente a ele, mas oferecer acesso a conhecimentos que levem-no ao seu desenvolvimento pleno.

A apresentação e desenvolvimento do currículo devem atender o ritmo do aluno baseando-se no diagnóstico que o professor fará inicialmente. Glat, Machado e Braun (2010, p.10) sugerem que

É importante que o professor organize seu planejamento de maneira que não passem despercebidos, pelas situações de ensino, conceitos que podem parecer “simples”, mas que na verdade são pré-requisitos para o que se pensa ser o “mais importante”.

Um aluno com NEE pode apresentar poucas habilidades consolidadas para o ano de escolaridade que está cursando. O que fazer diante disso? Farrell (2009, p.13) diz

que “[...] o currículo terá de envolver o trabalho associado a uma idade anterior, mas ser apresentado de um modo adequado à idade cronológica da criança”.

Apresentar um currículo que não atenda o nível do aluno, pode reforçar a exclusão. Farrel (2009, p. 13) afirma que

[...] o currículo deverá estar em um nível no qual a criança possa compreender.[...] Os recursos deverão ser cuidadosamente selecionados. Além disso, a escola precisa garantir que todos os recursos disponíveis estejam sendo plenamente utilizados e bem conservados.

Percebemos que o acesso do aluno com NEE, não deve limitar-se a estar presente numa escola regular, mas estar e participar, tendo acesso a todos os recursos materiais e humanos possíveis. O atendimento escolar que oportunizará a utilização desses recursos será discutido no próximo tópico.

4. ATENDIMENTO ESCOLAR AOS ALUNOS COM NEE: AINDA UM LONGO CAMINHO A PERCORRER

4.1. O que a legislação diz a respeito

A partir de 1988, com a Constituição Federal em seu artigo 208, inciso III, garante o “atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Desde então o acesso destes alunos com NEE vem crescendo gradualmente nas escolas regulares.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei nº 9394/96, em seu artigo 4º, inciso III, reforça a Constituição Federal dizendo que o dever do Estado, com a educação escolar pública, será efetivo mediante a garantia de “atendimento educacional especializado gratuito aos educando com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 2, de 11 de setembro de 2001, em seu artigo 2º diz que

[...] os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades

educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Ainda na resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, em seu artigo 3º, parágrafo único diz que

[...] os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva.

Vimos que a política educacional brasileira tem repassado esta responsabilidade aos municípios. Que por sua vez, tem “escolhido” a forma de atendimento dos alunos com NEE. Prieto (2006, p.51) em sua pesquisa, aponta que

Algumas prefeituras criaram formas de atendimento educacional especializado, outras ampliaram ou mantiveram seus auxílios e serviços especiais de ensino, algumas estão apenas matriculando esses alunos em suas redes de ensino e há ainda as que desativaram alguns serviços prestados, como, por exemplo, a oferta de programas de transporte adaptado.

É necessário um monitoramento sistemático das ações e dos materiais que estão sendo disponibilizados em prol da Educação Inclusiva, tanto da sociedade civil, quanto o poder público. Com o objetivo de garantir a essa demanda um trabalho de qualidade.

4.2 O atendimento escolar no município de Santa Luzia

O atendimento especializado do aluno com NEE só teve início em nosso município a partir de 2008. De 2005 a 2007, existia na SME um setor de Psicologia. Havia duas psicólogas e uma fonoaudióloga que atendiam a demanda de 21 escolas municipais na época (hoje temos 26 escolas).

As escolas selecionavam os casos mais urgentes e a equipe visitava as escolas atendendo a demanda. Os casos mais graves eram encaminhados à Saúde Mental do município. Os casos medianos eram atendidos esporadicamente pelas psicólogas. Os casos mais leves ficavam sem atendimento. Conseqüentemente, alguns casos se tornaram graves no futuro.

Em 2008, surge a Coordenadoria de Apoio e Inclusão Escolar na SME de Santa Luzia. O MEC informa que irá enviar para o município 05 salas de recursos multifuncionais. A SME se antecipa e implanta mais 05 salas de recursos. A escolha das escolas é baseada pelo baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Sendo a Escola Municipal “Geralda Paz” escolhida dentre as dez escolas.

Atualmente a Coordenadoria de Apoio e Inclusão Escolar possui uma psicóloga, uma fonoaudióloga e duas psicopedagogas, que monitoram a sala de recursos multifuncionais em 21 das 26 escolas municipais.

As salas de recursos são equipadas por um microcomputador, monitores, microfones, fone de ouvido, teclado e colméia, materiais e jogos pedagógicos, lupas eletrônicas, livros de literatura em Braille, caixa tátil, etc. Os professores selecionados para trabalharem nessa sala são preferencialmente efetivos e que demonstrem desejo para tal, dispostos para serem pesquisadores.

A SME oferece curso de Braille e Libras a esses professores desde 2009. Mensalmente é realizada na SME reuniões com esses professores e com os supervisores das escolas. O encontro é chamado de Mesa Inclusiva. Nesses encontros são realizadas trocas de experiências, estudos e capacitações sobre vários temas dentro da Inclusão.

Em depoimentos de professores nas Mesas Inclusivas, eles afirmam que enfrentam grandes desafios. A demanda de alunos que possuem várias necessidades especiais requer do professor estratégias diversas que muitas vezes ele ainda não está preparado.

Periodicamente, aproximadamente de 20 em 20 dias, uma coordenadora da SME visita a escola e monitora o trabalho desenvolvido na sala de recursos. São repassadas orientações à professora e à supervisora pedagógica, visando o melhor atendimento ao aluno. Posteriormente, na próxima visita, é verificado o cumprimento das orientações.

A sala de recursos da Escola Municipal “Geralda Paz” atende 13 alunos com NEE e diferentes umas das outras. E para cada aluno é preciso desenvolver várias

estratégias diferentes. Muitas vezes não alcançamos o resultado imediato, pois o retorno é lento e pouco visível.

Os cursos que a SME ofereceu não atendeu a atual demanda da escola, pois ainda não houve procura de matrícula para alunos cegos e nem surdos. A maior demanda é para déficit mental e/ou físico. Assim, encontramos dificuldade em atender nossos alunos com NEE devido às capacitações e estudos não estarem voltados para nossa realidade. Acreditamos que as capacitações são válidas e importantes, porque futuramente poderemos receber alunos cegos e surdos e estaremos preparadas.

Como seria então um atendimento escolar adequado as crianças com NEE? Farrel (2009, p.15) sugere que “para os diversos tipos de deficiência/transtorno, diferentes perfis de provisões podem ser identificados em relação a currículo, avaliação [...], organização da escola e da sala de aula e pedagogia.

Iremos discutir a seguir buscando algumas reflexões de alguns autores que tratam deste assunto.

4.3 Alcançando qualidade no Atendimento escolar de alunos com NEE

A garantia do direito de freqüentar uma escola regular deve estar aliada a socialização efetiva deste aluno com os demais. Classes especiais em escolas regulares não legitimam a inclusão, apenas reforça mais as diferenças. O aluno com NEE deve usufruir dos mesmos recursos educacionais que são oferecidos aos outros. Prieto (2006b, p. 40) discute que

[...] limitações dos sujeitos deve ser consideradas apenas como uma informação sobre eles que, assim, não pode ser desprezada na elaboração dos planejamentos de ensino. A ênfase deve recair sobre a identificação de suas possibilidades [...] para que se tornem cidadãos de iguais direitos.

Para que o professor atenda esses alunos é fundamental, ao início do ano letivo, realizar um diagnóstico para colher informações sobre as capacidades já adquiridas. Manter um diálogo constante com a família contribuirá para colher mais informações sobre ele. A partir do diagnóstico, discutir com a comunidade escolar quais serão as

metas e estratégias que serão executadas para que esse aluno tenha oportunidade de desenvolver-se socialmente, cognitivamente e culturalmente.

A inclusão desse aluno em classes comuns é importante tanto para ele, quanto para os demais. Na Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 2/2001 em seu artigo 8º, inciso II diz que

[...] a distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em, que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos dentro do princípio de educar para a diversidade.

Por muitos anos, décadas, mostramos aos alunos de classes comuns que o diferente deveria ficar a margem do currículo. Que os alunos com NEE não tem capacidade para a aprendizagem.

Silva (2010, p.94) afirma que

A escola, ao longo da história, vem sendo marcada por um currículo rígido, feito para uma cultura dominante, manifestando assim uma monocultura. A falta de atendimento a grupos minoritários ligados à raça, à cor, à religião, à nacionalidade, à deficiência, originou o estigma e a segregação na escola.

Agora pais, educadores, políticos, precisam concentrar todos os esforços possíveis para oferecer a esses alunos melhores oportunidades na educação, para que possam minimizar as diferenças construídas há anos.

O atendimento especializado em contra turno nas salas de recursos multifuncionais, seria uma estratégia que ampliaria as chances de progresso deste alunado. E a forma como o currículo será concebido será a chave para o sucesso.

Silva e Moreira (2010, p. 2656) dizem que

[...] a escola precisa adaptar-se às necessidade dos alunos, e para tal, destaca-se a necessidade de um currículo flexível, abrangendo uma proposta de conteúdos a partir da realidade de cada escola com base na sua autonomia, onde os elementos curriculares adquirirão novas formas, ou seja, os conteúdos não serão memorizados, mas apreendidos compreensivamente [...]

4.4 Recursos necessários ao atendimento especializado dos alunos com NEE nas escolas regulares

A oferta de um currículo diversificado também é um recurso fundamental ao atendimento especializado. A aquisição de materiais pedagógicos variados, a promoção de capacitações aos professores (preparando-os para aplicar um currículo que atenda a diversidade) demanda recursos financeiros.

Os recursos materiais, humanos e financeiros são imprescindíveis para o atendimento especializado dos alunos com NEE. Sendo que os recursos materiais e humanos estão diretamente ligados e dependentes do recurso financeiro.

Silva e Moreira (2010, p.2658) apontam que “é de suma importância verificar no dia a dia da escola, quais são as barreiras que estão impedindo os alunos com necessidades educacionais especiais de avançarem na aprendizagem”. E o fator de infra-estrutura tem sido a “pedra no caminho” da efetividade da inclusão física do aluno com NEE.

O maior desafio da Escola Municipal “Geralda Paz” tem sido a adaptação da estrutura física. A maioria das escolas municipais de Santa Luzia/MG possui várias escadas, banheiros estreitos. E o custo seria muito alto e a prefeitura até o momento não fez as adaptações necessárias.

Em 2009, com o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-ESCOLA), as escolas tinham autonomia para realizar adaptações e receberam verbas para isto. Em nosso município foram contempladas apenas 08 escolas. Dentre essas, a Escola Municipal “Geralda” Paz foi contemplada.

Em 2010, algumas escolas receberam do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), uma verba para acessibilidade. Foi uma novidade para o nosso município. Mas não ficou claro o critério para o recebimento da verba. A Escola Municipal “Geralda Paz” possui vários alunos com NEE e não recebeu esta verba específica.

A formação continuada do professor e de todos os funcionários da escola é um ponto que deve ser pensado com urgência pelo governo. Sant’Ana (2005, p.227)

afirma que “docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas”.

O gestor deve ser o articulador, buscando definir os pontos frágeis do processo de inclusão, estimulando a capacitação dos profissionais. Administrar bem os recursos financeiros é outro papel importante do gestor. Priorizar a aquisição de materiais adaptados e diversificados auxilia no atendimento escolar aos alunos com NEE.

A família deve ser convidada a participar da vida escolar desse aluno, deve ser orientada e motivada a colaborar no processo. Somente com um trabalho coletivo iremos vencer as barreiras da inclusão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda com todos os avanços relatados neste trabalho, consideramos que temos muito a percorrer, a aprender e a fazer pela inclusão, buscando assim, a educação como direito de todos. Cury (2008, p.219) aponta que “apesar dos avanços alcançados, não foram suficientes para fazer da inclusão um patamar de maior equidade na vida social”.

A inserção desses alunos na escola regular mexe com toda estrutura escolar: a estrutura física, humana e pedagógica. Este trabalho buscou apontar pontos importantes que precisam de ajustes urgentes no seio escolar: romper com velhas práticas e a adaptação da estrutura física.

Silva e Moreira (2010, p. 2662) afirmam que “a efetivação de um currículo que prime pela inclusão é preciso garantir uma educação com atitude inclusiva, que antes de tudo, uma questão de direitos humanos [...]”.

Percebemos que as mudanças estão acontecendo, porém, a resistência de muitos atores envolvidos no processo e a inexistência de recurso financeiro, torna a inclusão com característica apenas de acessibilidade a entrada na escola. O acesso a materiais, um currículo inclusivo e a uma infra-estrutura apropriada, ainda não se tornou efetivo.

É importante ressaltar que a análise feita sobre as políticas públicas, a legislação vigente e as ações realizadas no município de Santa Luzia/MG buscou exemplificar como a teoria ainda está longe da prática. Como a execuções de leis importantes ainda estão no plano do discurso político.

Queremos destacar que um esforço coletivo deve ser estimulado nas escolas, com o objetivo de alcançarmos uma meta comum: garantir uma educação de qualidade para todos. A mídia e os demais meios de comunicação devem ser usados a favor da inclusão, bem como artistas e pessoas públicas, pois são formadores de opinião.

Glat e Fernandes (2005, p. 44) definem que “Inclusão é um processo, que nunca termina porque sempre haverá um aluno que encontrará barreira para aprender”. Isto implica em uma coleta contínua de informações valiosas para planejar e estabelecer metas.

Portanto, a formação dos professores não deve acabar. A cada novo desafio, mais estudos, novos planejamentos e novas estratégias. A socialização destas práticas é importante para ampliar os conhecimentos. Participar de fóruns, seminários, congressos possibilita conhecer o que está acontecendo em outras escolas e em outras redes de ensino.

Assim, se quisermos acelerar os avanços, precisamos buscar respostas para nossas dúvidas, questionamentos, nossos desafios, sempre renovando nossas práticas e reivindicando nossos direitos e de nossos alunos. Não perder de vista que assegurar o direito à educação é um dever de todos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9394/96. Disponível em: www.mec.gov.br/legis/default.shtm. Acesso em: 04 dez.2010.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Sinopses Estatísticas da Educação Básica/Censo Escolar. Brasília: MEC/Inep, 2004.

_____. **Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/cne/ftp/CEB/CEB0201.doc> . Acesso em 05 dez.2010.

CARDOSO, Ana Paula Lima Barbosa. Políticas de Educação Inclusiva no governo Lula: aproximações iniciais. Disponível em: www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/.../GT15-6492--Int.pdf. Acesso em 04 dez.2010.

CARNEIRO, Juliana A. Soares; MALLETA, Ana Paula Braz; XAVIER, Gláucia do Carmo. O currículo e a sala de aula: compreendendo suas dimensões, possibilidades e desafios na perspectiva da inclusão. Disponível em: www.unioeste.br/.../O%20CURRICULO%20E%20A%20SALA%20DE%20AULA.pdf. Acesso em 29 dez.2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação Escolar, a Exclusão e seus destinatários. Belo Horizonte: **Educação em Revista**, nº 48, p. 205-222, dez.2008.

FARREL, Michael. O aluno com necessidades especiais na escola regular. **Revista Pátio** – Ano XII, nº 48, Nov/2008/jan2009.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade e Currículo. In: BRASIL. Ministério da Educação. Beauchamp, J.; Pagel, D. S.; Nascimento, A. R. (orgs.). **Indagações sobre o currículo**, Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2008, p. 17-41.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da Educação segregada à Educação Inclusiva: Uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. Inclusão – **Revista da Educação Especial** – Out/2005, p. 35-47.

GLAT, Rosana; MACHADO, Katia; BRAUN, Patrícia. Inclusão Escolar. Disponível em: www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/livros.../anais_pestalozzi.pdf. Acesso em 29 dez de 2010.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, A. A. Entre pontos e contrapontos. In. ARANTES, Amorim Valéria (org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006, p. 93 a 103.

PRIETO, Rosângela Gavioli. As condições de atendimento escolar para os estudantes com necessidades educacionais especiais no Brasil. In. ARANTES, Amorim Valéria (org.) **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006, p. 49 a 55.

_____. Formação de profissionais da educação para trabalhar com o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino. In. ARANTES, Amorim Valéria (org.) **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006a, p. 56 a 69.

_____. Princípios, concepções e relações entre inclusão e integração escolar. In. ARANTES, Amorim Valéria (org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006b, p. 35 a 49.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal "Geralda Paz". Santa Luzia, 2010.36p.

SANT'ANA, Izabella Mendes. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, mai./ago.2005.

SANTOS, Lucíola. Currículo: conhecimento e cultura. **Salto para o futuro**. Brasília, MEC-SEED, Ano XIX – nº 1, 2009, p.10-14. Disponível em: www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/171510Curriculo.pdf. Acesso em 29 dez.2010.

SILVA, Vanessa Caroline. **A escola e o professor frente ao currículo Inclusivo**. Curitiba: UFPR, 2010. 153p. Dissertação (mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/24663/1/disser%20vanessa%2013-10-10.pdf>. Acesso em 29 dez.2010.

SILVA, Vanessa Caroline da; MOREIRA, Laura Ceretta. **Currículo na escola inclusiva: o estigma da diferença**. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/849_727.pdf. Acesso em 29 dez.2010.

7. ANEXO



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PV – PROJETO VIVENCIAL

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO – ESCOLA MUNICIPAL “GERALDA PAZ”

ELAINE NEGROMONTE RODRIGUES NOGUEIRA

JULIANA FARIA MACIEL

ROSILENE APARECIDA RIBEIRO SALES

TURMA 07 – PÓLO: B.H

Santa Luzia

2010



ELAINE NEGROMONTERODRIGUES NOGUEIRA

JULIANA FARIA MACIEL

ROSILENE APARECIDA RIBEIRO SALES

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO – ESCOLA MUNICIPAL “GERALDA PAZ”

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL GERALDA PAZ APRESENTADO AOS COORDENADORES DA SALA AMBIENTE PROJETO VIVENCIAL DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS COMO ATIVIDADE OBRIGATÓRIA, SOB ORIENTAÇÃO DA PROFESSORA ASSISTENTE ELIANDRA DA COSTA MENDES.

SANTA LUZIA

2010

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 4 |
| 2. FINALIDADES EDUCATIVAS | 6 |
| 3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL | 9 |
| 3.1 ASPECTO FÍSICO | 9 |
| 3.2 ASPECTO ADMINISTRATIVO..... | 11 |
| 3.3 ASPECTO PEDAGÓGICO..... | 13 |
| 4. CURRÍCULO | 15 |
| 5. TEMPO ESCOLAR | 20 |
| 6. PROCESSOS DE DECISÃO..... | 23 |
| 7. RELAÇÕES DE TRABALHO..... | 27 |
| 8. AVALIAÇÃO | 30 |
| 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 33 |

1. INTRODUÇÃO

A Escola Municipal “Geralda Paz”, vem através deste documento registrar todas as decisões tomadas a partir de estudos e discussões realizadas com a participação da comunidade escolar. Procuramos construir nosso Projeto Político-Pedagógico em bases democrático-participativa.

De acordo com Teixeira (2001), transformar a escola num lugar de exercício da cidadania democrática, onde seja construída uma comunidade escolar, cria oportunidades para que todos nós aprendamos a participar e a conviver democraticamente. A tomada de decisões sobre os aspectos da vida escolar ensinamos a debater, a deliberar coletivamente, a respeitar as opiniões diferentes das nossas, e pode ser um aprendizado que nos sirva também fora do ambiente escolar, para a participação social em sentido bem amplo.

Sabemos que não é tarefa tão simples, mas é necessário discutir, elaborar ações e responsabilizar todos envolvidos para a realização do PPP. Oliveira et. al (2010) já afirmava que a construção da gestão democrática implica em luta pela garantia da autonomia da unidade escolar, participação efetiva nos processos de tomada de decisão, incluindo a implementação de processos colegiados nas escolas, e, ainda financiamento pelo poder público, dentre outros.

A educação brasileira passa por mudanças no âmbito educacional, na qual se busca atingir autonomia administrativa, pedagógica e financeira. Sendo assim, o projeto político-pedagógico aqui apresentado representa o autoconhecimento da realidade da escola estudada e seu contexto, visando melhorias para a mesma.

Segundo Azevedo (2010), saímos de uma tradição histórica de centralização das decisões, para nos defrontarmos hoje com uma outra realidade, manifesta na valorização do local como espaço de decisão. Faz-se, portanto, necessário identificar o espaço escolar, sua vivência, conflitos e ações, para que se busque uma reorganização que propicie a construção concreta de educação democrática.

O projeto político-pedagógico da Escola Municipal “Geralda Paz”, como o próprio nome indica, é político, pois permite negociações entre os vários segmentos:

direção, professores, pais e alunos, em prol de uma formação cidadã. E é pedagógico, pois busca definir ações educativas para que se efetive uma educação de qualidade. Dourado (2010) afirma que a dimensão social e a dimensão política constituem dimensões inseparáveis das ações educativas.

A escola faz parte do sistema municipal de educação da cidade de Santa Luzia, localizada no bairro Belo Vale. É uma escola de Educação Básica, que atende 998 alunos do 1º ao 5º/9 do Ensino Fundamental, sendo divididos em 1º ciclo (1º ao 3º) e 2º ciclo (4º e 5º), assim distribuídos:

| ANO | Nº DE TURMAS | TURNO | Nº DE ESTUDANTES |
|--------------|---------------------|--------------|-------------------------|
| 1º | 3 | TARDE | 90 |
| 2º | 6 | TARDE | 180 |
| 3º | 6 | TARDE | 210 |
| 4º | 7 | MANHÃ | 238 |
| 5º | 8 | MANHÃ | 280 |
| TOTAL | 30 | | 998 |

A carga horária dos turnos é de 4:20, sendo 20 minutos destinados ao intervalo/recreio.

A escola conta com um total de 53 funcionários, sendo 1 diretora, 2 vice-diretoras, 4 supervisoras pedagógicas, 2 auxiliares de secretaria, 10 auxiliares de serviços educacionais, 1 porteiro, 2 vigias, 2 bibliotecárias (professoras em desvio de função) e 32 professoras do 1º e 2º ciclos, sendo 28 efetivas e 4 contratadas. Dessas, 30 possuem curso superior (PEBII) e 2 são PEBI. Há uma eventual em cada turno.

O 1º ciclo funciona com uma professora polivalente para cada ano, e no 2º ciclo há organização por área do conhecimento.

O serviço de supervisão pedagógica é realizado por pedagogas, com carga horária de 40/horas semanais.

A direção escolar é composta por uma diretora e duas vice-diretoras, que exercem funções múltiplas: administrativas, pedagógicas e financeiras, além das

disciplinares. Nesse sentido, Chiavenato (apud Oliveira et al ,2000, p.07) afirma que “administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos”. Com base nesse pressuposto, a direção escolar trabalha em função de uma gestão apoiada no compromisso das pessoas que integram o processo educativo.

Pretendemos apontar neste documento nossas finalidades da educação, nossa estrutura organizacional, nosso currículo e tempo escolar, bem como nossos processos de decisão e avaliação. Discutiremos assim, qual é a nossa concepção de escola desejada por toda comunidade escolar, refletindo sobre qual é a visão de Mundo, de Homem, de Sociedade e de Educação (Currículo/ensino/aprendizagem).

2. FINALIDADES EDUCATIVAS

Os professores precisam ter clareza das finalidades educativas da escola em que trabalham. Para tanto, é preciso refletir sobre a ação educativa que a escola desenvolve, e como esta se refere ou está vinculada aos efeitos intencionalmente pretendidos e desejados.

As finalidades educativas são o ponto de partida de todo o processo educacional. Elas representam os princípios que a escola adota e repassa os seus valores. São, portanto, um conjunto de intenções de um grupo de pessoas, que irão participar do processo de aprendizagem de outras pessoas, dando-lhes um direcionamento para alcançar determinados objetivos.

Ao explicitar seu Projeto Político-Pedagógico, a escola precisa pensar sobre o que pretende alcançar, do ponto de vista político e pedagógico. Há uma meta a ser cumprida pela escola, pensando em atingir a produção e a socialização do conhecimento, em diversas áreas do saber, para então, compreender e vivenciar a realidade em que vivem, tornando-se capazes de inferir no processo de construção de uma educação de qualidade. Educação de qualidade que para Dourado (2010) é resultado de uma construção de sujeitos engajados pedagógica, técnica e politicamente no processo educativo.

A Escola Municipal “Geralda Paz” tem como base a busca constante pela qualidade que envolva a dimensão humana. Não queremos uma escola que reproduza conhecimentos, mas queremos uma escola que ensine a pensar e possibilite que o educando possa atuar em sua vida cotidiana.

Sendo a qualidade de vida o nosso objetivo, nossa finalidade deve priorizar tanto a dimensão individual quanto a dimensão social. SANTOS, Maria (2004, p. 7) define que “a finalidade da escola fundamenta-se na concepção do homem histórico, autônomo e livre, vivendo uma relação solidária entre seus pares em espaço e tempo determinados”. Portanto, queremos possibilitar uma construção conjunta de novos cidadãos, capacitados, críticos, conscientes e responsáveis, despertando em cada educando o prazer e a busca do conhecimento.

Para alcançarmos a qualidade que pretendemos é necessário pensar uma nova concepção de educação/currículo/ensino/aprendizagem. Temos ainda um currículo embasado em uma longa caminhada histórica que se sedimentou. Um currículo que valoriza uma determinada classe em função de outra. Vemos então, que o currículo está diretamente ligado à sociedade. Giusta (2001, p. 22) afirma isto quando aponta que:

Em todas as sociedades, especialmente naquelas em que as desigualdades são muito acentuadas, a distribuição do poder e os mecanismos de controle social estão refletidos no currículo por meio da elaboração, seleção, distribuição, transmissão e avaliação do que é considerado saber escolar legítimo. A depender da origem social dos destinatários, das modalidades de educação oferecidas e dos fins que a tem em vista, o currículo cumpre, de forma diferenciada, sua função nessa distribuição de poder.

Para que essa concepção passe a ser efetivada é preciso construir políticas públicas educacionais comprometidas com esse fim. Somente a partir daí formaremos uma cidadania feliz.

Devido ao mundo globalizado, novas demandas surgiram voltadas para a educação. Demandas que contemplam a participação coletiva de todos os segmentos educacionais. Levando-se em consideração esse mundo, Giusta (2001, p. 25) aponta os quatro pilares para a educação no século XXI :

- Aprender a conhecer – enfatiza a importância do domínio dos próprios instrumentos de conhecimento para compreender o mundo, já que isso é necessário para viver dignamente.
- Aprender a fazer: parte da pergunta - enfatiza-se a mobilização e desenvolvimento de capacidade como a de adaptar-se a um novo contexto de trabalho mais participativo, de natureza mais intelectual e que exige uma sólida base tecnológica.
- Aprender a conviver - recomenda-se uma educação mais aberta ao diálogo e ao desenvolvimento do espírito crítico, ao processo de formação de um homem disposto a viver e trabalhar numa sociedade solidária.
- Aprender a ser – recomenda que a educação deva contribuir para o desenvolvimento total da pessoa .

Esses pilares para a educação buscam ampliar a realização tanto humana como social do educando. Embasados nesses pilares, a Escola Municipal “Geralda Paz” busca promover nos educadores e educando

- O desenvolvimento de um aprendizado significativo que atenda às demandas sociais para a formação de cidadãos críticos e participativos;
- O desenvolvimento da capacidade de utilizar os conhecimentos científicos de forma crítica para atuar com competência no mundo em que vive.
- A conscientização da cidadania com direitos e deveres para o desenvolvimento de atitudes para com o outro e com o meio ambiente;
- A capacidade de utilizar, crítica e criativamente, as diversas formas de linguagem do mundo contemporâneo;
- O desenvolvimento de uma atitude de valorização, cuidado e responsabilidade individual e coletiva em relação à saúde e à sexualidade;
- O desenvolvimento da capacidade de trabalhar com autonomia e transparência, priorizando o diálogo, e a colaboração entre todos os segmentos da escola.

Essas finalidades alicerçam o conceito de autonomia da escola, pois para que elas sejam efetivadas , é necessário que todos os segmentos caminhem juntos em prol de sua realização.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O espaço escolar é um lugar onde muitas coisas acontecem conforme a organização cultural da escola, sua forma de programar, entender e estruturar esse espaço. Nesse sentido MORGAN (1996, p.135-136) afirma

A cultura, não importa qual seja, delinea o caráter da organização, mais que isso, as organizações podem ser consideradas, na sua essência, como realidade socialmente construídas que se constituem mais na cabeça e nas mentes de seus membros, do que em conjuntos de regras e regulamentos.

Essa organização representa as idéias e desejos das pessoas que delas fazem parte. Nesse sentido, a Escola Municipal Geralda Paz busca organizar esses espaços de interação entre várias culturas, compartilhando valores entre os atores que desse espaço fazem parte.

3.1 Aspecto físico

A Escola Municipal “Geralda Paz” possui um espaço físico que não corresponde adequadamente a sua função, devido à inexistência de algumas instalações e a precariedade de outras. Segundo Cury (2010) “o solo do ato pedagógico, enquanto espaço de relação ensino/aprendizagem, é o ambiente institucional da unidade escolar”. Consideramos nesse sentido, espaço de relação/aprendizagem todos os espaços da escola, seja o pátio, a cantina ou até mesmo debaixo daquela árvore no canto da escola.

A nossa escola possui 15 salas de aula, com uma metragem de 40m, porém a sua estrutura organizacional com relação às carteiras, posição do quadro e das janelas não favorece uma boa visibilidade aos alunos. Em média comporta de trinta a trinta e três alunos confortavelmente. Cury (2010) define a sala de aula, como lugar privilegiado do ensino presencial, mais do que quatro paredes, vai se tornando também espaço do ensino virtual pelo qual o mundo vem se transformando em uma grande sala de aula.

Faz parte também da estrutura física da escola uma sala da direção, que embora pequena, é nela que os gestores se reúnem para dialogar com a comunidade educacional. Ocupam esse espaço além da diretora, as duas vice-diretoras.

A sala da supervisão pedagógica possui tamanho adequado às atividades que ali são realizadas. Comporta quatro mesas destinadas a cada supervisora, além de ser munida de computadores, impressoras e uma mesa ampla para debates e discussão.

A escola possui banheiros que precisam ser ampliados para atender satisfatoriamente o número de alunos. Tanto no banheiro feminino quanto no masculino existem apenas quatro instalações sanitárias, necessitando de uma adequação do espaço, garantindo a acessibilidade dos alunos de inclusão, já que temos que trabalhar pensando nos alunos que poderemos receber.

O refeitório tem um bom espaço, com quatro mesas e bancos, favorecendo um ambiente agradável para a realização das refeições. A cozinha é grande, porém os funcionários da escola não têm acesso a essa devido à terceirização da merenda escolar.

Cury (2010) aponta que o PPP ganha pelo envolvimento da subjetividade dos profissionais ao processo consciente de propiciar o melhor para todos. Com base nesse pressuposto, buscamos alcançar melhorias para o espaço físico da escola, pois acreditamos que tendo um ambiente acolhedor, a aprendizagem fluirá melhor.

Devido a esse pensamento reconhecemos que a biblioteca da escola precisa passar por reformas urgentes. O ambiente é pequeno e inadequado, não favorecendo a um ambiente acolhedor que proporcione aos leitores um prazer pela leitura. O local onde fica a biblioteca é uma adaptação de uma sala de aula, não dispendo, portanto de uma estrutura preparada para receber o acervo de livros que esta possui.

A secretaria possui dois ambientes, um para documentação e outro de acesso a comunidade e alunos. Dois auxiliares de secretaria fazem o serviço burocrático da escola e atendem às pessoas.

Outro espaço físico que requer uma atenção maior é a quadra de esportes que precisa ser construída, até mesmo para atender aos programas do governo federal, que contemplam escolas com horário integral. A nossa escola é carente desses espaços de socialização/recreação. Com a construção desse espaço será possível a troca de vivências culturais entre alunos e permitirá um tempo agradável/proveitoso para os recreios também, pois sabemos que propiciar ambientes favoráveis à aprendizagem é função do gestor, pois nesse sentido, Cury (2010) afirma que não basta o acesso à escola, é preciso entrar e permanecer.

Faz-se necessário, portanto garantir essa permanência pelo prazer do aluno de estar inserido em uma escola que tenha uma estrutura física planejada para atendê-lo, mas atendê-lo bem.

3.2 Aspecto administrativo

De acordo com CÂNDIDO (1977, p.107-128):

A estrutura administrativa da escola é parte de uma estrutura mais ampla. É a sua ordenação racional e deliberada pelo poder público. Mas a escola também compreende, além das relações oficialmente previstas aquelas que nascem das relações sociais no seu interior.

A estrutura escolar da Escola Municipal “Geralda Paz” referente ao aspecto administrativo busca favorecer ao educando a concretização do direito a educação. Conforme Cury (2010) o papel do gestor é o de assumir e liderar a efetivação desse direito no âmbito de suas atribuições.

O quadro administrativo da escola é composto por uma diretora escolar e por duas vice-diretoras, que são indicadas pelo poder público, portanto, são cargos comissionados. A direção tem a incumbência de administrar o espaço escolar, as relações pessoais e ainda a parte financeira.

A escola trabalha em função de uma gestão democrática, pois acredita no princípio que faz com que todos se sintam responsáveis e co-autores do processo de trabalho, buscando melhorias para o ambiente escolar. Nesse sentido, Cury (2010)

aponta a forma dialogal, participativa com que a comunidade educacional se capacita para levar a termo, um projeto pedagógico de qualidade e da qual nasçam “cidadãos ativos” participantes da sociedade como profissionais compromissados.

O quadro administrativo também é composto por quatro supervisoras pedagógicas com carga horária de 40 horas semanais. A divisão do trabalho entre as pedagogas é realizada pela escola e encaminhada a Coordenadoria da Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia, que tem o poder para indeferir ou não. O trabalho das pedagogas tem como prioridade a aprendizagem do aluno, focando na qualidade do ensino.

Um grupo de grande valia para a escola é o grupo de auxiliares de serviços educacionais. Esse grupo é composto por 10 funcionários, com carga horária de 40 horas semanais, todos efetivos no cargo. Além da limpeza e organização da escola, os auxiliares educacionais ajudam a olhar os alunos durante o recreio, mantendo um contato mais próximo com esses. Não é mais função desse grupo a preparação da merenda, pois essa passou a ser terceirizada por uma empresa.

Compõe o quadro um porteiro, que tem a função de fazer uma triagem com todos os visitantes da escola e encaminhá-los ao destino desejado, e dois vigias noturnos, que mantêm a vigilância da escola em dias alternados. Duas auxiliares de secretaria completam o quadro executando trabalhos burocráticos de escrita de documentação.

Existe ainda o Conselho Fiscal que acompanha os recursos financeiros e suas aplicabilidades, que é composto pelo diretor (presidente do Caixa Escolar), por um vice-diretor (tesoureiro), por um professor que é suplente do tesoureiro, por duas secretárias da escola, dois professores e dois representantes de pais de alunos. A escola reconhece a importância de a comunidade caminhar com ela, por isso a representatividade em vários setores. Buscamos conforme Cury (2010) uma gestão democrática que é a gestão de uma administração concreta.

3.3 Aspecto pedagógico

No início do ano letivo, reúnem-se todos os docentes, a coordenação pedagógica juntamente com a direção para selecionar as capacidades que serão trabalhadas no durante o corrente ano. Estas capacidades são retiradas das Diretrizes Curriculares de 1º ao 5º ano de nosso município.

Antes da seleção das capacidades é feito um diagnóstico inicial em todas as turmas e a análise dos resultados, para posteriormente cada professor apontar quais serão as capacidades que serão trabalhadas no 1º trimestre. Durante o trimestre são utilizados vários instrumentos de avaliação: debates, pesquisas, provas escritas, observações etc. E ao final do trimestre é feita a análise das capacidades consolidadas e são selecionadas novas capacidades para o próximo trimestre e/ou repete as capacidades não-consolidadas e são apontadas novas estratégias.

As capacidades apontadas no planejamento trimestral são desmembradas diariamente no roteiro de aula dos professores. Este roteiro é padronizado na rede municipal e deve conter: disciplina, eixo, capacidades, estratégias e observações que se fizerem necessárias.

É analisado o caderno de roteiro mensalmente pela coordenação pedagógica. Após análise, a coordenadora pedagógica se reúne com o professor para as orientações necessárias. Todas as matrizes e avaliações elaboradas pelos professores, são previamente apreciadas e aprovadas previamente pela coordenação pedagógica antes de serem aplicadas em sala de aula.

A coordenação pedagógica reúne com o corpo docente quinzenalmente, em reuniões pedagógicas, com duração de 2 horas. Este momento é utilizado para estudo, pesquisa, troca de experiências, análise de resultados, discussão e elaboração de projetos e planos de intervenção. A coordenação pedagógica monitora às turmas, apreciando os cadernos dos alunos, analisando suas produções escritas e participação em sala de aula. Quando necessário, as coordenadoras ministram aulas demonstrativas para determinadas turmas e auxiliam o professor e os alunos em todas as situações necessárias no processo ensino e aprendizagem.

Back (2000) apud Souza e Rodrigues (2008), afirma que respeitando as particularidades e características de cada grupo de alunos, recomenda-se que sejam propostas atividades de leitura por meio da explanação do texto, com o intuito de atrair a atenção do aluno, envolvendo-o no universo textual.

Sendo assim, a Escola Municipal “Geralda Paz” desenvolve um projeto de leitura, onde os professores desenvolvem seus subprojetos de acordo com o desempenho da turma. Também em relação à Matemática desenvolvemos a “Olimpíada da Matemática”. Os professores desenvolvem previamente em sua sala de aula, jogos, desafios e situações problemas, para posteriormente, competirem com as turmas do seu mesmo ano.

A coordenação pedagógica está diretamente articulada com a direção e outros segmentos da escola e tem a responsabilidade de:

- Supervisionar e coordenar programas e projetos às atividades de ensino;
- Traçar metas, criar ou modificar processos educativos;
- Promover pesquisas e estudos pedagógicos;
- Orientar e auxiliar os docentes e educandos na solução de problemas no processo de ensino/aprendizagem;
- Assegurar a regularidade no desenvolvimento do processo educativo;
- Outros.

A equipe de direção e coordenação pedagógica também é responsável pela execução eficaz da proposta pedagógica e desenvolvimento pleno dos objetivos educacionais, promovendo a aprendizagem intelectual, afetiva, ética, social e política. Também desenvolve e cria métodos de análise para detectar a realidade e daí gerar estratégias para a ação escolar, trabalhando em consenso com os professores e educandos, numa parceria de reflexão, de crítica e autocrítica. Ajuda os professores na produção de materiais didáticos, nos métodos, técnicas e procedimentos de ensino, nos programas curriculares, no processo de avaliação e recuperação paralela dos educandos, na descrição de objetivos educacionais e no próprio desempenho do professor.

Para cumprir todas essas responsabilidades a escola propõe que o 1º ciclo (1º ao 3º) funcione com uma professora polivalente para cada ano, e no 2º ciclo (4º e 5º) aconteça a organização por área de conhecimento.

Atualmente, a escola desenvolve o PDE – Escola (Plano de Desenvolvimento Escolar), que é um programa vinculado ao MEC, que além de fornecer recursos financeiros à escola, busca desenvolver ações pedagógicas para que se melhore o Ideb- Índice de desenvolvimento da Educação Básica da instituição.

A Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia oferece o PROADE – Programa de Atendimento de Desenvolvimento do educando, que são aulas de recuperação extra-turno, para alunos em defasagem na aprendizagem, mas com possibilidade de reverter esse quadro.

Sendo assim, a escola busca assegurar o bom desempenho de todos os processos que a escola executa e participa, desejando assim, atingir uma educação de qualidade para todos, com um desejo de uma educação integral para nossos alunos.

4. CURRÍCULO

Pensar num currículo para a Escola Municipal “Geralda Paz” é pensar na cultura que predomina em sua comunidade e articulá-lo com as condições sociais em que os alunos estão inseridos, propondo diversas possibilidades de novos conhecimentos. Neste sentido entendemos que o currículo é uma estrutura composta por diferentes elementos: culturas, práticas, projetos, conteúdos, o meio social dos alunos etc. Muitas vezes, quando falamos em currículo pensamos só nos conteúdos e currículo vai muito além disso.

Apple (2008, p. 33) já dizia que, não deve restar dúvida de que o currículo sempre foi o resultado de tensões e conciliações. O que conta como “conhecimento importante” que tem sido o conhecimento comum de alguém, não o conhecimento comum de todos.

O currículo que queremos para nossa escola deve ser efetivo e estratégico, buscando direcionar para a inter-relação entre as diversas disciplinas. E para que

isto ocorra temos como meta um processo contínuo de formação para os nossos professores. Assim, terão ferramentas necessárias para trabalharem com alunos cujas necessidades de competências diferenciadas rapidamente se ampliam.

É importante que o nosso currículo proporcione experiências significativas e que crie um ambiente motivador para escutar, ler, pronunciar e produzir de forma que permita a expressão de sentimentos, pensamentos e cultura, por meio das mais diversas estratégias. Queremos um currículo com experiências concretas. Um currículo integrado, que busque trabalhar com situações contextualizadas, ampliando conhecimentos de diversas áreas.

De acordo com a perspectiva de Santos, Lucíola (2001), os currículos integrados permitem que os estudantes trabalhem com conteúdos culturais relevantes, enfrentando a discussão de questões que não podem ser abordados nos limites de uma única disciplina. Percebemos que nesse tipo de currículo, privilegiam-se um ensino em torno de problemas reais e questões práticas, que estimulem o interesse e a curiosidade dos estudantes, e a formulação de respostas criativas e inovadoras.

A escola é um local para ampliação de conhecimentos, portanto, não deve limitar-se somente às experiências do cotidiano do aluno, mas proporcionar novos conhecimentos e novas metodologias. Sendo assim, o currículo contribui para a formação humana. Souza (2010) aponta que um currículo para a formação humana introduz sempre novos conhecimentos, não se limita aos conhecimentos relacionados às vivências do aluno, às realidades regionais. Um currículo para a formação humana é aquele orientado para a inclusão de todos ao acesso dos bens culturais e ao conhecimento. Está, assim, a serviço da diversidade.

A nova LDB nº 9394/96 coloca a educação na perspectiva da formação e do desenvolvimento humano: o direito à educação entendida como direito à formação e a desenvolvimento humano pleno. Antes a visão era de formação para mão-de-obra para o mercado de trabalho, agora, reforça o direito à formação plena como ser humano.

Pretendemos ter um certo cuidado com a diversidade para não valorizarmos um cultura mais do que a outra. Somo desafiados todos os dias, em todas as relações, a

aprender a conviver com as diferenças. E queremos que nossos alunos tenham uma postura ética diante delas. O documento nos diz que:

A produção do conhecimento, assim como sua seleção e legitimação, está transpassada pela diversidade. Não se trata apenas de incluir a diversidade como um tema nos currículos. As reflexões sugerem que é preciso ter consciência, enquanto docentes, das marcas de diversidade presentes nas diferentes áreas do conhecimento e no currículo como um todo: ver a diversidade nos processos de produção e de seleção do conhecimento escolar. (MEC - Indagações sobre currículo, 2008, p.24)

Não podemos esquecer que dentro desta diversidade temos nossos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) que esse público cresce a cada dia em nossa escola. Sabemos que é importante criar condições que garantam seu sucesso e seu desenvolvimento. FARREL (2008, p. 13) aponta que “um aluno com dificuldades de aprendizagem moderadas pode estar vários anos atrás de outras crianças de mesma idade em seu aprendizado”. Portanto, o currículo terá de envolver o trabalho associado a uma idade anterior, mas ser apresentado de um modo adequado à idade cronológica da criança.

Queremos que nossos alunos com NEE tenham oportunidade de se socializarem e ao mesmo tempo adquirirem independência. De acordo com FARREL (2008, p. 14), “proporcionar os recursos necessários ao aluno com necessidades especiais permite que este tenha o melhor progresso acadêmico e que se desenvolva ao máximo em termos pessoais e sociais.”

De acordo com a Lei nº 9394/96 e suas emendas, os currículos do Ensino Fundamental devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o Conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política. O ensino da Arte constituirá componente curricular obrigatório, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos educandos.

A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, deve ajustar-se às faixas etárias e às condições da população escolar. O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia. Ainda, a Lei 11.645/2008 introduz no currículo a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", que incluirá o estudo da história da África e dos africanos, a

luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

Temos como parâmetro curricular as Diretrizes Curriculares de nosso município, que é um instrumento útil ao apoio pedagógico. Este documento apresenta os eixos e as capacidades mais relevantes a serem atingidas pelos nossos alunos. Vejamos as disciplinas e seus eixos que trabalharemos em nossa escola:

Língua Portuguesa:

- Compreensão e Valorização da Cultura Escrita;
- Apropriação do sistema de Escrita;
- Leitura;
- Produção de texto;
- Desenvolvimento da oralidade;
- Análise e reflexão sobre a Língua e Linguagem.

Matemática:

- Números;
- Operações;
- Grandezas e Medidas;
- Espaço e Forma;
- Tratamento da Informação.

Geografia:

- Sociedade e natureza;
- Lugar;
- Espaço;
- O Tempo e a Sociedade;
- Paisagem.

História:

- Fundamentos do Conhecimento histórico;
- Temporalidade Histórica;
- Sujeitos Históricos;
- Conhecimento histórico como construção social;
- Pesquisa e produção do Conhecimento histórico escolar;
- Diversidade de desigualdades;
- Memória e patrimônio.

Ciências:

- Vida e Ambiente;
- Ser Humano e Saúde;
- Terra e Universo;
- Tecnologia e Sociedade.

Educação Física:

- Jogos, brinquedos e brincadeiras;
- Esporte;
- Danças;
- Lutas;
- Ginásticas.

Artes e Educação Física:

- Percepção;
- Experimentação;
- Criação/produção;
- Comunicação/representação;
- Análise/integração;
- Reflexão/pesquisa;
- Registro;
- Crítica/autocrítica.

Embasados nessas Diretrizes Curriculares, nossa escola propõe trabalhar com a relação teoria-prática, como afirma Moreira (2001) envolvendo efetuar ações (dimensão prática), querer fazê-las (dimensão dinâmica) e pensar sobre elas (dimensão cognitiva), como envolvendo interações entre saber fazer e saber sobre o fazer.

5. TEMPO ESCOLAR

A Escola Municipal “Geralda Paz” busca alcançar uma concepção de planejamento de ensino democrático. Para isso, no início de cada ano letivo reúnem-se professores, supervisores pedagógicos e direção escolar para planejar e organizar os espaços e tempos da escola, embasados nas Diretrizes Curriculares de Ensino de 1º ao 5º ano, que vem da Secretaria Municipal de Educação.

Com a instituição do Colegiado, buscaremos a participação de seus representantes na formulação deste.

O sistema em ciclos é organizado e funciona de acordo com a Resolução nº 010/08 de 23 de junho de 2008. Os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental organizam-se em:

- **1º Ciclo (inicial de alfabetização)** – 1º ano/9, 2º ano/9 e 3º ano/9.
- **2º Ciclo (complementar)** – 4º ano/9 e 5º ano/9.

Os alunos que completam 06 anos até 31 de março do ano em curso, obrigatoriamente, devem ser matriculados no 1º ano, tendo que concluir o Ensino Fundamental em 09 (nove) anos. O aluno com 07 anos completos ou o que vier a completar sete anos no ano em curso, deverá ser matriculado no 1º ano do Ensino Fundamental. Considerando a avaliação feita pela escola, este aluno poderá ser posicionado no 2º ano, desde que evidencie domínio dos objetivos do 1º ano, em função de sua experiência anterior, podendo concluir o ensino fundamental em 08 anos.

Esta organização permite um tempo maior de aprendizagem sem interrupções, e sem a retenção ano a ano. Assim tem maior tempo para consolidar as habilidades e competências necessárias para o seu desenvolvimento. A formação por ciclos tem como objetivo maior garantir o direito de permanência de todos os alunos na escola. Eles se sentirão mais motivados, pois não encontrarão a barreira da reprovação logo no início de sua vida escolar.

No trabalho por ciclos o professor deixa de ser um transmissor de conhecimentos e passa a ser um mediador no processo de ensino aprendizagem. Sendo assim, a avaliação também sofre mudanças. MIRANDA e SALGADO (2001, p.55) apontam que a avaliação passa a ser formativa e diagnóstica, de modo a permitir ao professor conhecer as principais dificuldades dos alunos e procurar resolvê-las imediatamente, para que todos progridam e possam eles próprios, planejar suas próximas aulas.

Para um melhor andamento do planejamento são formados grupos de professores conforme o ano que trabalharão. Esse planejamento de ensino é trimestral e cabe a cada docente adequar o seu plano às necessidades da turma.

É realizada no início do ano letivo uma avaliação diagnóstica para análise dos resultados, e de posse desse resultado, formar as turmas. A escola procura enturmá-los conforme níveis próximos de aprendizagem e distribuir os alunos indisciplinados por todas as turmas, pois caso contrário estaria a escola cometendo uma violência não-física, como Cury (2010) aponta, que turmas homogêneas devem ser evitadas a fim de se propiciar a valorização de experiências diferenciadas, o respeito ao outro diferente, a pluralidade cultural e o apreço à tolerância.

Nossos alunos são organizados nas 30 salas de aulas, sendo 15 turmas em cada turno. O 1º turno atende alunos do 2º ciclo (4º e 5º) e o 2º turno atende alunos do 1º ciclo (1º ao 3º). São trinta professores e duas eventuais, divididos em dois turnos reciprocamente.

Diariamente os alunos têm 5 módulos com duração de 50 minutos cada aula. Semanalmente a grade curricular garante:

- 05 aulas de Matemática;
- 06 de Língua Portuguesa;

- 03 de Ciências;
- 03 de Geografia;
- 03 de História;
- 02 de Educação Física;
- 01 de Artes;
- 01 de Educação Religiosa;
- 01 de Literatura.

Em relação ao tempo de permanência na escola, nossos alunos ficam 04:20 horas diariamente, sendo 20 minutos destinados ao recreio. Recreio que para a escola é também um espaço destinado a múltiplas aprendizagens. É nesse tempo que o aspecto social fica evidente, pois temos a oportunidade de avaliar nossos alunos, intervindo quando necessário nas relações pessoais. Cavaliere (2010) afirma que são as experiências partilhadas ou conjuntas que adquirem real significação.

É fundamental o respeito ao tempo escolar, isso garante que todos nossos alunos tenham efetivamente, a cada ano, 200 dias com 4 horas de aula conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). E defendemos que tempo também é priorizar atividades diretamente vinculadas ao processo de aprendizagem, e aquelas que não estiverem diretamente vinculadas serão programadas para períodos extras aos 200 dias letivos.

Sabemos que a escola é um espaço social de interação entre as diversas culturas. Dessa forma, reconhecemos a necessidade de uma ampliação do espaço escolar, garantindo assim, um melhor atendimento ao nosso alunado.

Um grande espaço de interação que poderia ter na escola para favorecer a prática esportiva e de recreação é a quadra de esportes. Atenderia também aos projetos e programas no contra-turno de nossos alunos. Sem ela fica inviável a realização de projetos que buscam atender a escola de tempo integral. Segundo Cavaliere (2010), não é demais afirmar que escolas de tempo integral demandam maiores investimentos iniciais e correntes.

A escola acredita que é necessário, primeiramente, preparar esses espaços para depois receber os programas, pois corremos o risco do resultado não ser o

esperado, e acabarmos tendo uma visão de cunho assistencialista, que segundo CAVALIERE (2010, p. 1028):

[...] vê a escola de tempo integral como uma escola para os desprivilegiados, que deve suprir deficiências gerais da formação dos alunos, uma escola que substitui a família e onde o mais relevante não é o conhecimento e sim a ocupação do tempo e a socialização primária.

Pensando nesses investimentos a escola têm enviado ao MEC, segundo alguns programas, nossos planos de ações. Nossa escola foi selecionada a participar de alguns programas, tais como, Mais Educação, PDE-Escola, Escola Acessível. Após toda tramitação, a escola precisa fazer com que esse “tempo integral” seja efetivado.

Devemos pensar que a educação integral exigirá mais compromisso por parte do gestor, dos educadores, dos educandos e da comunidade, ampliando as possibilidades de permanência do discente sob a responsabilidade da escola para além da jornada regular. Isso implicará considerar o tempo e espaço na escola.

Queremos oferecer com estes programas atividades sócio-educativas, atividades culturais e esportivas, além de aulas de reforço, em turnos alternativos aos das aulas. Sabemos que assumindo este compromisso combateremos a repetência e evasão e cumprimos uma das 28 diretrizes do PDE: a alfabetização obrigatória das crianças até oito anos de idade.

O documento Rede de saberes mais educação do MEC (2009) apresenta que:

Esta concepção de educação integral não se limita ao aumento do tempo e espaço nos projetos de educação, mas parte da idéia de que os estudantes são seres portadores de uma complexa experiência social e merecem atenção diferenciada porque são fruto de processos igualmente diferenciados. Compreende a educação como um desafio para escolas e comunidades e pretende dialogar com a complexidade de agentes sociais, territórios e saberes que envolvem as experiências comunitárias, buscando construir-se para além do espaço escolar.

Nós, funcionários da E.M. “Geralda Paz”, acreditamos ser o tempo integral um grande avanço na educação, mas sabemos que só isso não é o suficiente. Precisamos rever outros fatores, propiciar momentos para que a família perceba esse horário, ter o apoio de nossos governantes, capacitar nossos funcionários, cada qual na sua função e termos suporte para fazer bem feito o que passará a ser

nossa função. Compactuamos com Cavaliere (2010) ao apontar que a escola é a referência, mas as atividades podem se dar fora dela.

6. PROCESSOS DE DECISÃO

A Escola Municipal “Geralda Paz” busca fortalecer-se em sua autonomia, organizando seu Colegiado como instrumento de democratização das decisões escolares, criando espaços e condições favoráveis para este momento, como planejamento participativo e estratégico, seminários, encontros, reuniões e assembléias.

Sabemos que o ideal e mais democrático é a eleição direta para diretor, portanto, temos realizado discussões com a classe e o poder público sobre essa questão. Enquanto esta conquista não se concretiza, queremos legitimar nosso gestor como um líder de fato, um mediador e articulador nas decisões e não como um líder formalmente constituído pelo poder municipal.

“A atuação do gestor não pode ser solitária, e sim, solidária, envolvendo todos os sujeitos nas definições fundamentais da escola” (PROCAD - MG, p. 36). Sabemos que é um desafio a participação consciente de nossos alunos do 1º ao 5º ano/9, mas não é impossível. É fundamental a participação do professor, fomentar discussões sobre as decisões da escola, coletar sugestões e construir a democracia junto com os alunos, contribuindo assim, para formação de cidadãos críticos e participativos que tanto defendemos.

Como nossa demanda é de alunos mais novos, podemos além das discussões e debates, realizar pesquisa de opinião, e levar ao Colegiado antes da decisão final, levando-se em consideração a opinião deles.

Os combinados construídos no início do ano com as turmas, também são processos muito importantes. Afixar os combinados nas salas, realizar assembléias com as turmas semanalmente ou quinzenalmente para discutir os combinados que foram

quebrados, apontar os autores, ouvi-los e decidir que medidas serão tomadas; levam nossos alunos a concretização de democracia e autonomia.

Quanto mais sujeitos participam dos processos decisórios, maiores são as chances de acertar. São muitas idéias em prol de uma solução para um problema. E sabemos que só nos sentimos parte de algo quando participamos da construção do mesmo. Barreto (2010) afirma que uma escola distante da realidade dos alunos e alheia às aspirações da população não pode fazer pleno sentido para os que a freqüentam.

Queremos uma escola mais justa, onde os processos decisórios tornam-se transparentes e de conhecimento de toda a comunidade escolar. Sabemos que é um processo contínuo e inacabado, muitas vezes cheio de conflitos e resistências de algumas partes; mas não podemos deixar a decisão só para alguns.

O Colegiado é um grande parceiro da administração. Ele é composto por 4 representantes de pais e seus suplentes, 4 funcionários da escola, sendo 3 professores e 1 auxiliar de serviço educacional, presidido pelo diretor escolar. Acreditamos que o Colegiado fortalece as decisões dos professores e do diretor frente a alguns conflitos. É necessário que busquemos aproximar os pais para juntos decidirmos o que é melhor para o desempenho escolar de nossos alunos. GARCIA (2001, p.42) defende que “a dimensão pedagógica implica naturalmente uma dimensão política”. O colegiado, ao organizar a vida da escola, reflete os conflitos de interesses e procura alternativas possíveis para sua superação.

Outro processo decisório importante na escola é o Conselho de Classe. É fundamental garantir a participação de representantes de pais e/ou alunos neste momento, visto que hoje a participação não é a desejável. Somente os pais que participam do Colegiado se fazem presentes nesse conselho. A escola em parceria com o Colegiado fará um trabalho de conscientização com os pais sobre a importância de se posicionarem frente ao assunto, pois é nesta hora que será analisado o desempenho escolar do aluno.

A coordenação pedagógica tem grande participação na efetivação do Conselho de Classe, articulando e construindo com o grupo mecanismos para que os professores

venham para o conselho com registros individuais coletados durante o período de observação.

Conforme Dalben (2004), o conselho de classe guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objetivo de estudo a avaliação da aprendizagem e do ensino, eixos centrais de processo de trabalho escolar. Com base nesse pressuposto, a Escola Municipal “Geralda Paz” trabalha para que todos os envolvidos nesse conselho de classe sejam co-responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem.

Antes do Conselho de Classe a coordenação pedagógica deve recolher os registros dos professores e compará-los com os dela realizados durante os monitoramentos as salas de aula, como avaliações aplicadas e produções escritas dos alunos. Também, antes da definição final do conceito do aluno é necessário discutir os avanços e dificuldades do discente, apontando quais serão as ações para sanar esses problemas e redefinir ações.

A escola ainda dispõe de um pré-conselho, na qual são tomadas algumas decisões para a busca de melhorias e resultados de nossos alunos, refletindo e repensando a prática pedagógica. Esse pré-conselho foi determinado pela Rede Municipal de Educação de Santa Luzia, através da Coordenadoria de Ação Pedagógica da SME, com datas pré-estabelecidas para acontecer no início do 1º semestre e outro no início do 2º semestre.

Buscar estratégias para ampliação do tempo destinado ao Conselho de Classe é um desafio para nossa escola. O tempo é insuficiente para analisar e discutir com qualidade, o desempenho escolar de cada aluno.

Faz parte dos processos decisórios de nossa escola o Conselho Fiscal, que é parte do Conselho Escolar. Esse conselho busca aplicar os recursos financeiros da escola, estabelecendo prioridades e democratizando os processos de decisão.

A composição do Conselho Fiscal que fará parte da estrutura deliberativa da escola é feita em assembléia, escolhidos através de eleição dos seus membros, registrado em ata e cartório, com duração de dois anos de mandato. É composto pelos membros da Diretoria, sendo presidente, tesoureiro e seu suplente, secretário e seu

suplente, e 3 membros efetivos (funcionários da escola) e 3 suplementares (pais de alunos ou responsáveis e pessoas da comunidade, associadas da Caixa escolar).

Quanto às atribuições, DOURADO (2010, p. 2) aponta que:

[...] o coletivo da escola deve participar da definição das prioridades e dos objetivos. Deve discutir como eles serão atingidos, quais os recursos disponíveis para se alcançá-los, como e onde as verbas recebidas pela escola serão aplicadas e o que pode ser feito para alocação de novas verbas.

É rotina de escola propiciar relações de parcerias entre os vários segmentos. Não predomina em nossa instituição a relação hierárquica de mando. Todas as decisões são discutidas entre os envolvidos no processo, prevalecendo à decisão da maioria. Portanto, as relações de poder são circulares nesse ambiente escolar.

Quanto aos processos de decisão que envolva órgãos externos, a escola ainda não possui a autonomia para decidir muitas questões. Grande parte das decisões deve passar pelo crivo da Secretaria Municipal de Educação. DOURADO (2010, p. 7) sinaliza que:

A luta travada entre educadores e governo, no âmbito das políticas educacionais, vai no sentido de que o processo de descentralização se efetive de fato não só no campo das obrigações, mas que os atores sociais envolvidos com as questões educacionais possam participar das discussões e decisões referentes ao planejamento e controle dos projetos a serem desenvolvidos na educação.

A escola faz sua parte realizando os projetos propostos para receber as verbas destinadas, porém nem sempre pode decidir sobre sua aplicabilidade, tornando-se necessário rever esse processo, para que tenhamos efetivamente o processo de decisão em nossas mãos.

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

A Escola Municipal “Geralda Paz” tem o segmento administrativo da escola como mediador das relações de trabalho entre os demais setores que compõe este âmbito

escolar. Mediador no sentido de intervir positivamente, favorecendo relações pautadas no diálogo, na solução de problemas e na parceria mútua.

Nesse espaço escolar trabalham diversos grupos, cada qual com suas especificidades. Dourado (2010) avalia que no desenvolvimento das práticas educacionais, precisamos ter em mente que os sujeitos dos processos educativos são os homens e suas múltiplas e históricas necessidades, daí exercermos também, o papel social nos processos educativos, buscando a flexibilidade.

Em nossa escola existe uma articulação entre os segmentos. Os professores, supervisores e direção articulam análises dos processos pedagógicos e administrativos, em reuniões pedagógicas, e levam ao conhecimento do Colegiado para juntos decidirem o que será melhor para a comunidade escolar. Existe uma relação circular, no qual todos interagem em prol de um espaço sociável, que vise à formação de sujeitos críticos e participativos, pautados pela solidariedade.

É de conhecimento de cada funcionário, conforme consta no Plano de Carreira dos servidores municipais, os papéis que competem a cada um. Dourado (2010) afirma que a educação se constitui numa atividade humana e histórica que se define na totalidade das relações sociais. Portanto, muito além do que cumprir cada qual o seu papel na escola de modo solitário, faz-se necessário articulá-lo com todos os co-responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem, a fim de exercer a democratização nas ações educativas.

As relações interpessoais acontecem cotidianamente, seja entre crianças, crianças e adultos ou entre adultos. Os conflitos são encaminhados à direção escolar, que se sente apoiada pelo Colegiado para resolver os problemas. A escola possui seu Regimento Escolar e muitas situações são resolvidas embasadas nesse documento.

Em seu artigo 126, estabelece as sanções para os alunos que infringem às normas da escola. Esses são chamados a conversar e através de um consenso (direção, pais e colegiado) e algumas medidas são tomadas.

A escola busca evidenciar outras formas de trabalho e para isso realiza quinzenalmente reunião com professores no qual cada um tem a sua vez para manifestar desejos e/ou insatisfações.

A relação de trabalho mais conflituosa é a de Auxiliares de Serviços Educacionais, porém a escola propicia também uma discussão com esse grupo, favorecendo o diálogo entre eles, evitando assim que os problemas “cresçam”.

Em relação a concepção da formação de profissionais, a escola acredita que para alcançar a excelência na Educação, a chave está na formação dos profissionais. Diferentes modos de compreender, ensinar e aprender tem-se configurado e nossos educadores precisam acompanhar este processo. Entendemos que o desenvolvimento profissional docente é uma necessidade constante diante da dinâmica no interior de uma escola e das reformas educacionais.

Queremos para nossos profissionais uma formação com orientações claras, que permitam uma construção entre a teoria e a prática. Que mudanças efetivas aconteçam nas práticas escolares; onde possibilitem trabalhadores inovadores e transformação técnica, social e cultural de nossos profissionais. Lima (2001, p. 105) afirma que, “modelos de formação continuada possuem diferentes filiações epistemológicas e filosóficas e repercutem de modos diferenciados de acordo com os impactos que causam nas práticas concretas dos professores em suas salas de aula.”

Um terço de nosso professorado já participaram do Curso de Alfabetização e Letramento (cadernos 1 ao 7) do Ceale / UFMG em 2008. Aproximadamente 50% dos professores e todas as supervisoras pedagógicas fizeram ou estão fazendo o Pró-Letramento de Alfabetização e Linguagem e Matemática. Nossa meta é que todos os professores façam o Pró-Letramento até 2012. O MEC, através da Plataforma Paulo Freire, ofereceu em 2010, graduação, especialização e outros cursos de formação continuada. Vários de nossos professores inscreveram-se e estão aguardando uma posição do MEC.

Esperamos que em 2011 as supervisoras pedagógicas e a vice-diretora possam inscrever-se no Curso de Especialização em Gestão Escolar, oferecido pela Faculdade de educação da UFMG. Estamos analisando uma capacitação para os auxiliares de serviços gerais, que são muitas vezes esquecidos pelas políticas públicas educacionais e que lidam diretamente com o nosso aluno e precisam de conhecimentos para isto. Vemos que:

As demandas dirigidas à escola são cada vez mais crescentes. Hoje, requer-se dela maior capacidade de atuar numa realidade altamente heterogênea e de desenvolver as mais diversas situações de ensino, de ser capaz de atender os diferentes ritmos, interesses e formas de aprender; de desenvolver a auto-estima, o respeito mútuo e regras de convivências; de dar significado científico, social e cultural para aquilo que faz e ensina; etc. Esses são desafios que requerem um investimento financeiro e humano em longo prazo, tempo de preparação individual e coletivo. (LIMA, 2001, p.109)

Só poderemos realizar as capacitações que planejamos se tiver investimento financeiro. O governo federal tem dado autonomia a nossa escola através do PDE-ESCOLA, onde em sua elaboração, apontamos os vários pontos que necessitamos de aperfeiçoamento profissional. Algumas capacitações já foram executadas, mas se não tiver continuidade da disponibilidade de recursos para tal, não conseguiremos acompanhar os rápidos avanços na educação e continuaremos com métodos e técnicas obsoletos.

8. AVALIAÇÃO

A Escola Municipal “Geralda Paz” tem a avaliação como um recurso necessário e constante no processo de ensino. É o momento de verificar a eficácia do que foi proposto para a escola, dando continuidade aos processos que tem apresentado pontos positivos e redirecionando os que não conseguiram atingir a meta traçada.

Não utilizamos a avaliação como um instrumento de poder e punição, mas como um instrumento que ofereça oportunidade para reflexão e aperfeiçoamento tanto do aluno, quanto dos docentes, da gestão, do pessoal técnico-administrativo, enfim, de toda a comunidade escolar.

É considerada uma prática necessária ao crescimento da escola e de toda a comunidade escolar, propiciando o fortalecimento para uma gestão democrática.

A avaliação é uma das ferramentas utilizadas no processo pedagógico, contribuindo para a elaboração de objetivos e metas a serem alcançadas. Não devemos ver a avaliação como um meio para medir e agregar um valor, uma nota ou conceito, mas como um meio de definir a intervenção que deve ser feita.

Vista como um acompanhamento da aprendizagem, “a avaliação não se submete à nota com um fim em si mesma, mas a encara como **um dos indicadores** de desempenho, assim como as provas”. (PROCAD, s/d, p. 34).

Durante todo o processo de ensino e aprendizagem, são realizadas avaliações que são registradas, documentadas, arquivadas e apresentadas aos pais em reuniões trimestrais, bem como todas as observações registradas no caderno de campo dos professores.

Vários instrumentos de avaliação dos alunos existem e são utilizados: trabalhos, provas, testes, relatórios, portfólios, debates, observações etc. Estes instrumentos têm uma linguagem clara e objetiva, contextualizando com um conteúdo significativo para o aluno.

A auto-avaliação também é uma prática que deve ser aplicada em todos os segmentos da comunidade escolar. Assim levaria os sujeitos a uma reflexão de seu desempenho. O documento do MEC – Indagações sobre currículo (2008, p. 35) aponta que:

A auto-avaliação ainda não faz parte da cultura escolar. Entretanto, se quisermos sujeitos autônomos, criativos, devemos ter a consciência de que tal prática deve ser incorporada ao cotidiano dos planejamentos dos professores, do currículo, por fim.

A nossa escola é um lugar de implementações de bons projetos educativos, por isso usamos a avaliação como uma ferramenta diagnóstica, verificando sempre a evolução dos alunos. A avaliação acontece em várias esferas: avaliação da aprendizagem dos estudantes, a avaliação da instituição e a avaliação do nosso Projeto político-pedagógico (PPP).

A direção escolar não é avaliada pela escola, somente pela coordenação da Secretaria Municipal de Educação, que avalia por evidências e não por acompanhar o trabalho diariamente. Nesse sentido, avalia-se somente o trabalho burocrático e não as relações de trabalho que se estabelecem no âmbito escolar. Como a escola busca alcançar uma gestão democrática, esse é um ponto que precisa ser revisto. Para isso, a direção pretende programar uma avaliação do seu trabalho, na qual alunos, pais, funcionários e comunidade local tenham a oportunidade de manifestar

e ao mesmo tempo indicar caminhos possíveis para atingir essa democracia almejada.

Todos os sujeitos de nossa comunidade escolar devem participar dos processos de avaliação. NO documento do MEC – Indagações sobre currículo (2008, p. 18) vemos que:

Se a escola é o lugar da construção de autonomia e da cidadania, a avaliação dos processos sejam eles das aprendizagens, da dinâmica escolar ou da própria instituição, não deve ficar sob a responsabilidade apenas de um ou de outro profissional, é uma responsabilidade tanto da coletividade, como de cada um, em particular.

Sendo assim, a escola realiza a avaliação institucional paralela aos projetos desenvolvidos e não somente ao final do ano escolar. Ao término de cada atividade desenvolvida pela instituição, como projetos, encontros, eventos, tomada de decisões, dentre outros é enviada aos pais uma pesquisa de opinião, solicitando que apontem os pontos fortes e fracos dos trabalhos implementados, o que faz com que reprogramemos as próximas ações.

Entendemos que dessa forma, ou seja, com a avaliação realizada em tempo hábil, não é permitido que os problemas se acumulem e a instituição passa a ter resultados melhores e mais rápidos.

A Secretaria da Educação (SME) tem um processo de monitoramento das escolas. Constantemente recebemos a visita de técnicos da SME que apreciam nossos documentos e trabalho pedagógico, emitindo relatórios de análise. Temos várias reuniões para orientação na SME, com supervisores, diretores, secretárias, professores de apoio. Em visita à escola, os técnicos monitoram a realização das ações que foram orientadas.

O gestor juntamente com o vice-diretor e as supervisoras realiza semestralmente a avaliação de desempenho dos funcionários. O documento contempla critérios de: liderança, estratégias e planos, estudantes e partes interessadas, sociedade, informações e conhecimentos, pessoas, processos e resultados. Para cada critério existem vários descritores.

Os alunos de nossa escola participam das avaliações externas (Provinha Brasil, Proalfa, Proeb e Prova Brasil). Quando o resultado é divulgado pelo MEC ou Secretaria do Estado de MG, a SME convoca diretores e supervisores para divulgação do resultado do município e das escolas. É feito uma análise dos resultados na escola, juntamente com a comunidade escolar e elaborado um plano de ação para intervir nas competências e habilidades que apresentaram baixo desempenho.

Nossas avaliações internas acontecem freqüentemente. No início do ano letivo aplicamos uma avaliação diagnóstica com os alunos, com o objetivo de nortear os trabalhos, dando segmento a aprendizagem do aluno. Durante os trimestres são aplicados vários instrumentos de avaliação, possibilitando desenvolver ações corretivas.

Uma dessas ações acontece simultaneamente ao processo ensino-aprendizagem: é a recuperação paralela. Professores em duplas, realizam oficinas de Matemática e Língua Portuguesa, uma vez por semana, agrupando os alunos conforme a dificuldade apresentada.

Entendendo a avaliação como um processo contínuo e dinâmico, será necessário, que cada segmento da comunidade escolar avalie cada objetivo e meta apontada neste Projeto Político-Pedagógico. Sabemos que o PPP não é um projeto acabado. Ele é construído diariamente, permitindo mudanças, alterações nos mecanismos, a fim de adequá-lo à finalidade pretendida.

Sugestões, acertos e desacertos são registrados durante o andamento do projeto e levados ao Conselho da Escola, que tem a incumbência, segundo Souza (2005, p.2) “ de acompanhar e avaliar o cotidiano das ações produzidas na escola sejam no plano pedagógico, administrativo, financeiro, político ou institucional”. A partir daí, fazer as devidas intervenções.

A escola busca interação entre todos os setores, fazendo com que todos se sintam co-responsáveis pelo sucesso da escola, não permitindo que conforme aponta Sousa (1999) o fracasso ou o sucesso dos alunos tendem a ser interpretados em

uma dimensão individual e não sejam relacionados como a expressão do próprio sucesso ou fracasso da escola.

Se caminharmos juntos, os resultados, sejam eles positivos ou negativos, são nossos resultados, fazemos parte de um grupo.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael W. A vida dos estudantes e a política de reforma curricular. Editora Artmed – Pátio, ano XII, nº 45, fev/ab 2008.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. *O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010.

BACK, E apud SOUZA e RODRIGUES. Como ensinar português: domínio de língua. Criciúma: UNESC,2000.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. *A participação na escola: contribuição para a melhoria da qualidade da educação*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

CÂNDIDO, Antônio. *A estrutura da escola*. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice, M. Educação e Sociedade. São Paulo: Nacional, p.107-128,1977.

CAVALIERE, Ana Maria. *Tempo de escola e qualidade na educação pública*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

CURY, Carlos Roberto Jamil. *O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

DIRETRIZES Curriculares para o Ensino Fundamental. Ciclo I-II – 1º ao 5º ano/9 – Santa Luzia:2008.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil:MEC/INEP. *A qualidade da educação: conceitos e definições*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

DOURADO, Luiz Fernandes (org); OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de. *Conselho Escolar e autonomia: participação e democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da educação e da escola*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

_____. *Conversando um pouco mais sobre o Conselho Escolar*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

_____. *Função social da educação e da escola*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

_____. *O financiamento da educação básica: limites e possibilidades*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

_____. *Premissas básicas para democratização da escola*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

FARREL, Michael. O aluno com necessidades especiais na escola regular. Editora Artmed. Pátio – Ano XII, nº 48, Nov/2008/jan2009.

GARCIA, Teise de Oliveira G. O papel do Colegiado na gestão democrática da escola. *Democracia na Escola*. PROCAD – Fase Escola Sagarana – Belo Horizonte: SEE/MG, 2001, nº 2, 37-46.

GIUSTA, Agnella da Silva. Construção de uma nova concepção de currículo. *Diretrizes Curriculares da Escola Sagarana*. PROCAD – Fase Escola Sagarana – Belo Horizonte: SEE/MG, 2001, nº 5, p. 15-33.

LIMA, Maria Emília Caixeta de Castro. Formação Continuada de Professores. *Diretrizes Curriculares da Escola Sagarana*. PROCAD – Fase Escola Sagarana – Belo Horizonte: SEE/MG, 2001, nº 5, p. 93-120.

MEC. Indagações sobre currículo: Currículo e avaliação / [Cláudia de Oliveira Fernandes, Luiz Carlos de Freitas]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

_____. Indagações sobre Currículo: diversidade e currículo / [Nilma Lino Gomes]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

_____. Rede de saberes Mais Educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. – Ed. – Brasília: Ministério da Educação, 2009.

MIRANDA, Glauro Vasques de e SALGADO, Maria Umbelina Caiafa. A Cultura da reprovação. *Avaliação de Desempenho e Progressão Continuada*. PROCAD – Fase Sagarana – Belo Horizonte: SEE/MG, 2001, nº 6, p. 43-59.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. *O campo do currículo no Brasil: os anos noventa*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

MORGAN, Gareth. *Imagens da organização*. Trad. Cecília Whitaker Bargamini e Roberto Coda. São Paulo: Atlas, p.135=136, 1996.

OLIVEIRA, João Ferreira de. *A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

PROCAD. *A Escola Pública de qualidade: Pressupostos e Fundamentos*. Belo Horizonte; SEE-MG. Módulo 2, S/D.

RESOLUÇÃO Nº 010/08 de 23 de Junho de 2008. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Ensino Fundamental nas Escolas Municipais de Santa Luzia/MG. Santa Luzia:2008.

RODRIGUES, Cassio e SOUZA, Ana Cláudia de. *Por um ensino efetivo e estratégico da linguagem*. Editora Artmed – Pátio, ano XII, nº 45, fev/ab 2008.

SANTOS, Lucíola Licínio de C. P. *Dilemas e controvérsias no campo do currículo. Diretrizes Curriculares da Escola Sagarana*. PROCAD – Fase Escola Sagarana. Belo Horizonte: SEE/MG, 2001, nº 5, p. 35-50.

SANTOS, Maria Cristina Araújo Lodo dos. *Modelos de gestão: qualidade e produtividade*. Curitiba; IESDE, 2004.

SOUSA, Sandra M. Zákia. *Avaliação institucional: elementos para discussão*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 16/07/2010

SOUZA, Ângelo Ricardo de et al. *Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola*. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010.

TEIXEIRA, Beatriz de Basto. *A participação de Comunidade na gestão democrática da escola. Democracia na escola*. PROCAD – Fase Escola Sagarana. Belo Horizonte: SEE/MG, 2001, nº 2, p.25 – 35.